

Uma Visão Longitudinal do Orçamento das Agências Reguladoras Federais e Reflexões sobre Autonomia

Bruno Queiroz Cunha & Mauro Santos Silva – Ipea





Contextualização

- ARs e Estado regulador seguem um modelo normativo-teórico específico:
 - Despolitização dos reguladores autônomos
 - Formalização de ‘compromissos críveis’
 - ‘Fiduciary principle’: independência <-> performance



Contextualização

- Contradição brasileira: deterioração com expansão?
 - Parte da literatura aponta riscos de interferência política e à autonomia
 - Outra parte: agências com padrão excepcional de capacidade administrativa e “amplamente autônomas” (Matthew Taylor), e elevado grau continuidade do modelo (Albert Fishlow).



Problema de pesquisa

- AR como "*entidades governamentais que possuem e exercem alguma autoridade pública especializada, separadas das de outras instituições, mas que não são... diretamente geridas por funcionários eleitos*" (Thatcher & Stone Sweet, 2002, p. 2)
 - O que ocorreu com a autonomia das AR brasileiras?
 - Componente de autonomia financeira ou orçamentária, mas olhando para o lado das despesas!



Teoria

- Autonomia *de jure* ou formal – aferição de prescrições formais
- Autonomia *de facto* ou substantiva
 - Variáveis intervenientes: idade; saliência do setor ou área regulada; redes e *veto players*
 - Contexto importa: dependência da trajetória
 - Aferição: discricionariedade instrumental; e autodeterminação de preferências



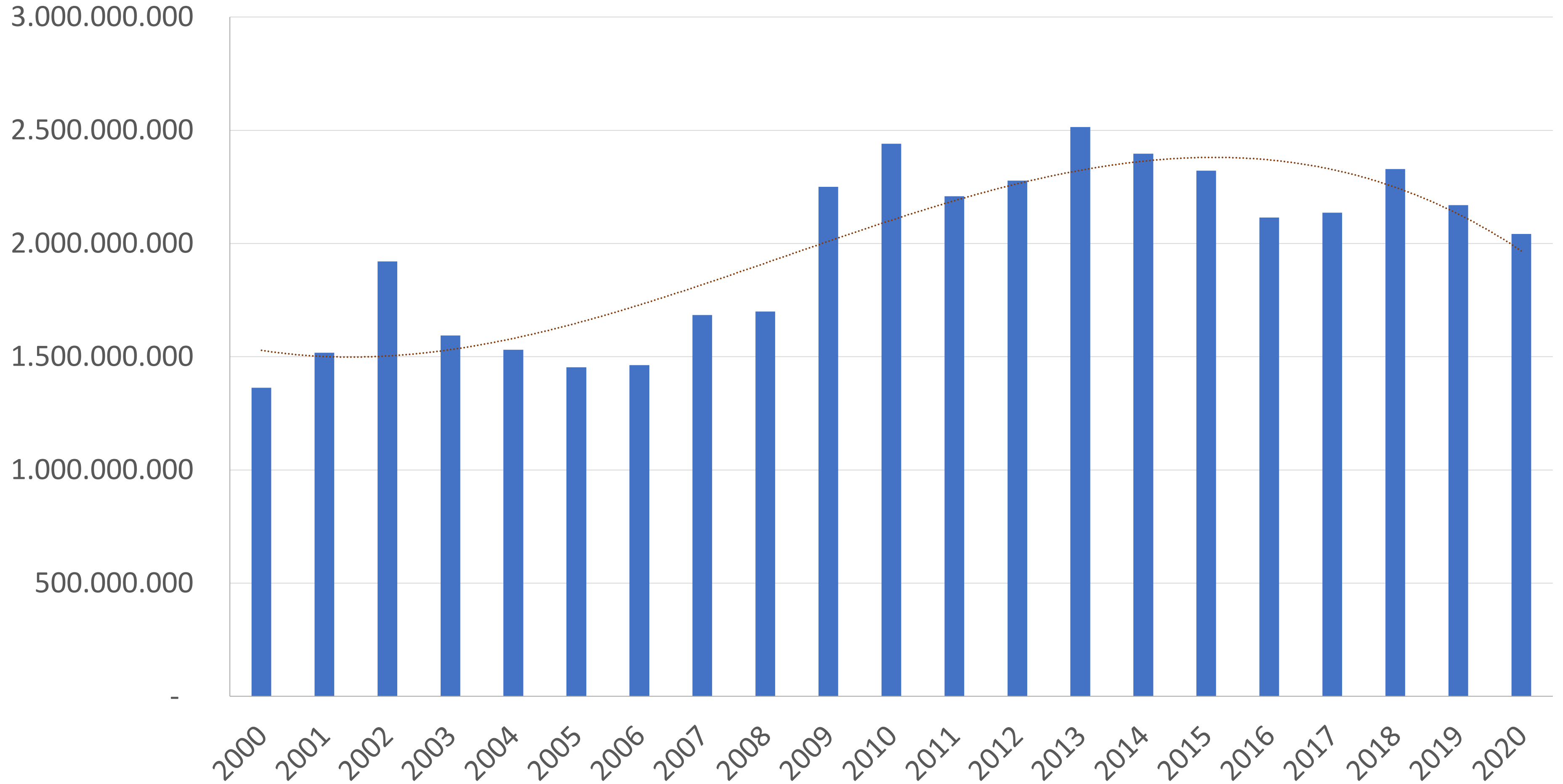
Métodos e dados

- Estudo longitudinal de dados do SIOF (2000-2020), atualizados pelo IPCA
- Agências: Aneel, Anatel, ANP, ANTT, Anac e Antaq.
- Categorias de dados orçamentários: total; investimento; finalístico; e de pessoal

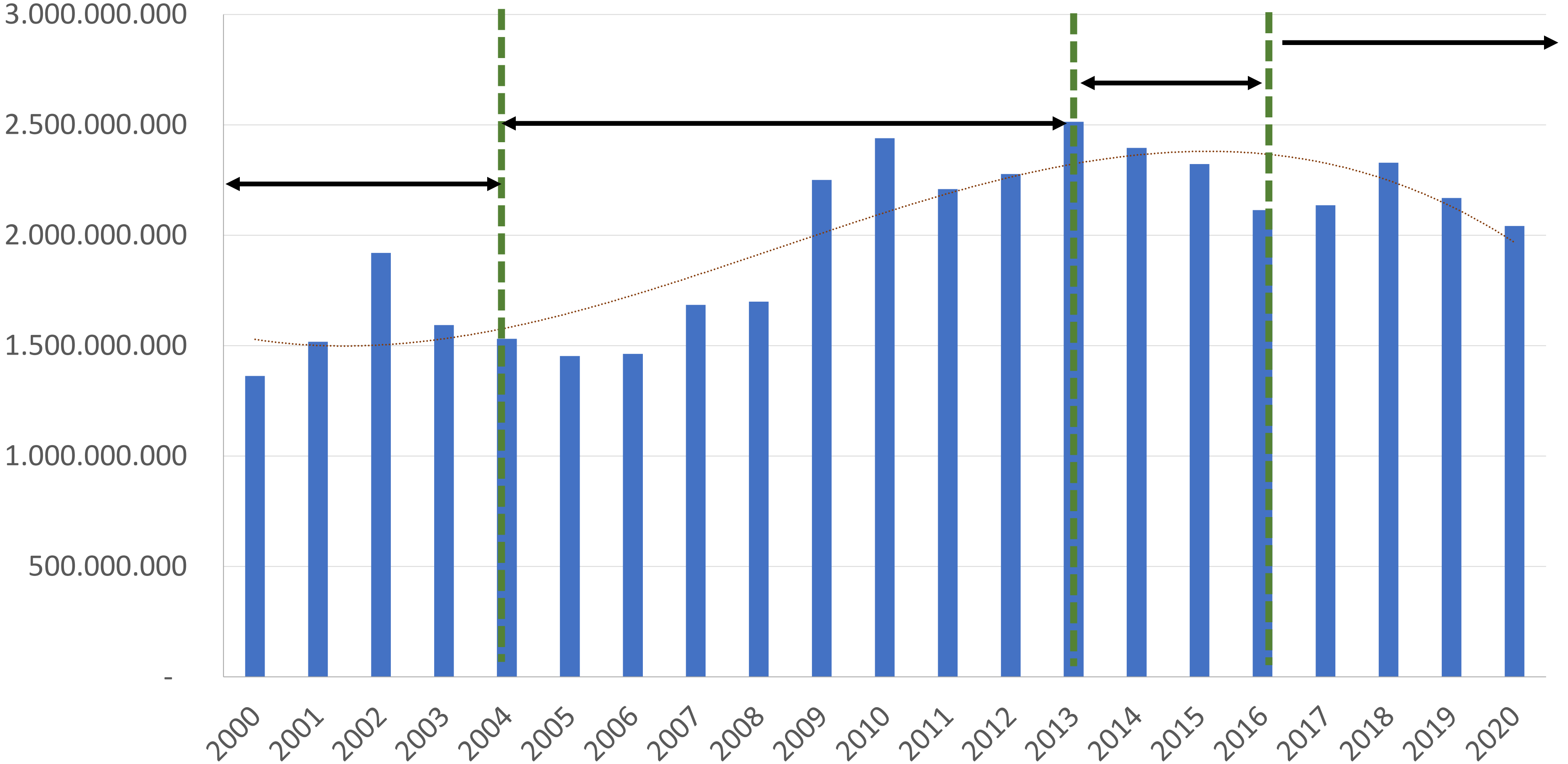
Suposições:

- Orçamento: variável fundamental e sob o domínio do Executivo
- Contexto de expansão estrutural e de competências das ARs -> preferência por aumento de despesas ou ao menos sua manutenção
- Confirmação das preferências depende de legitimidade e da construção de alianças
- Institucionalização + poder das ideias: “jogo de [quase] iguais” (Carrigan & Coglianese, 2011, p. 121) entre o Executivo e as agências

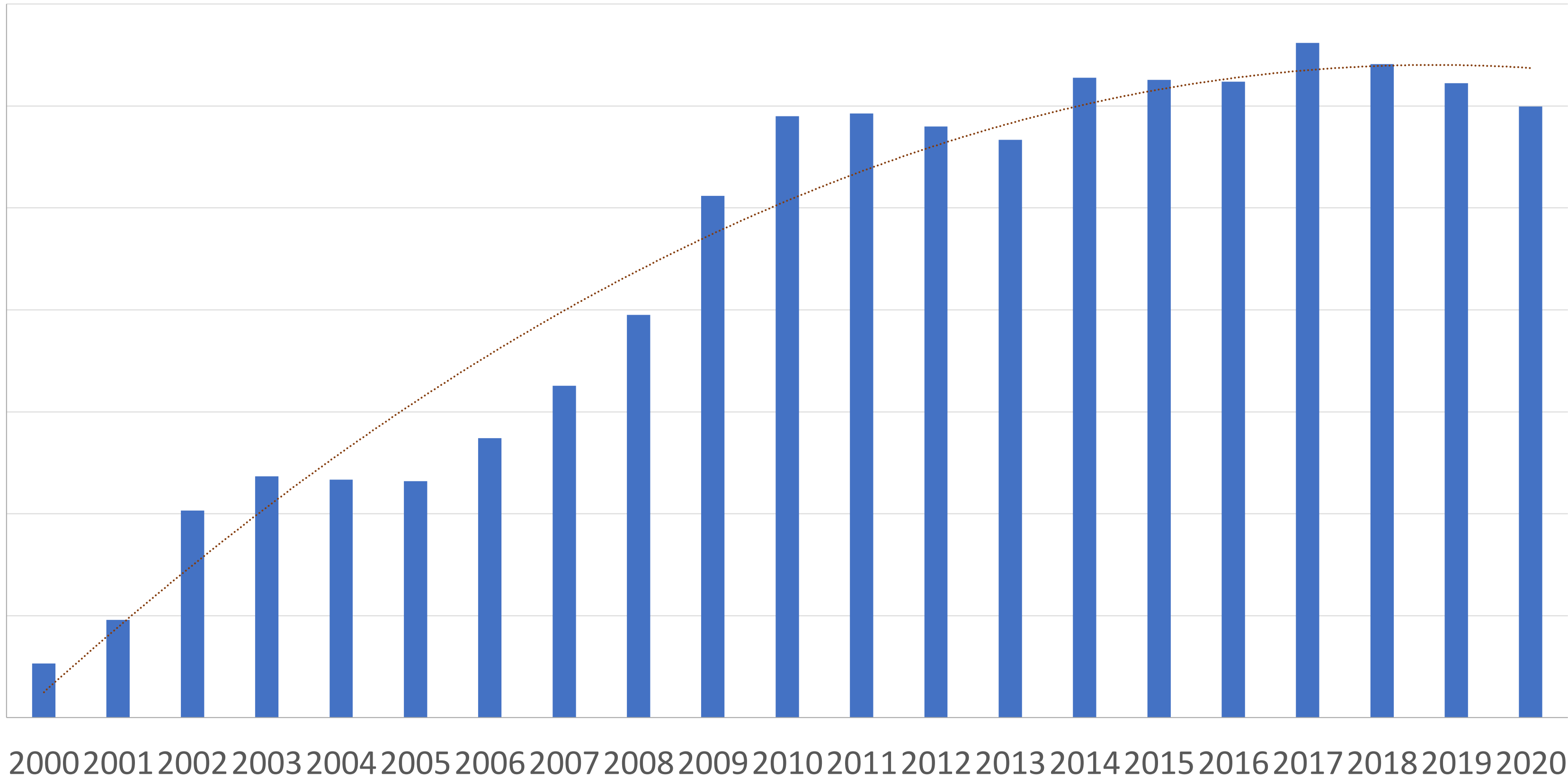
Despesas Totais



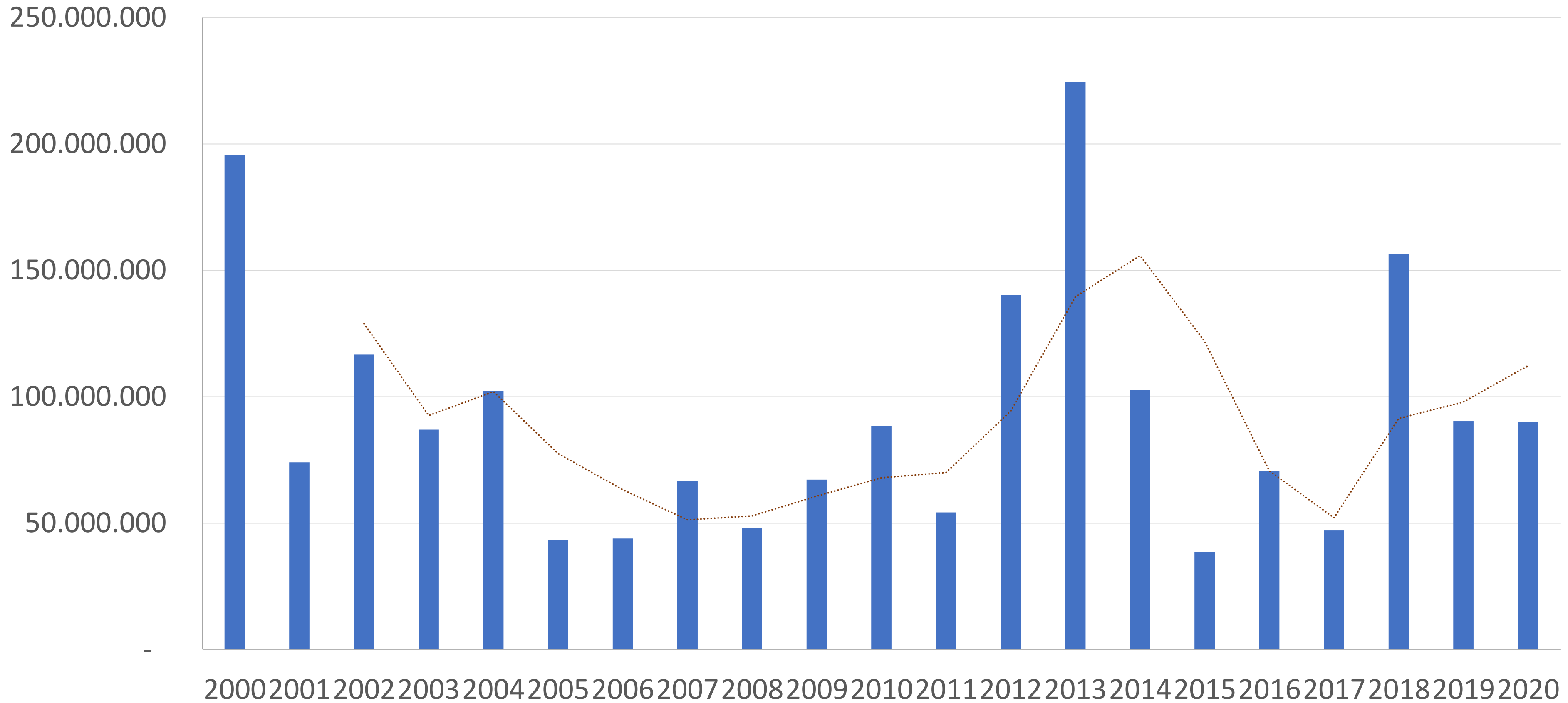
Despesas Totais



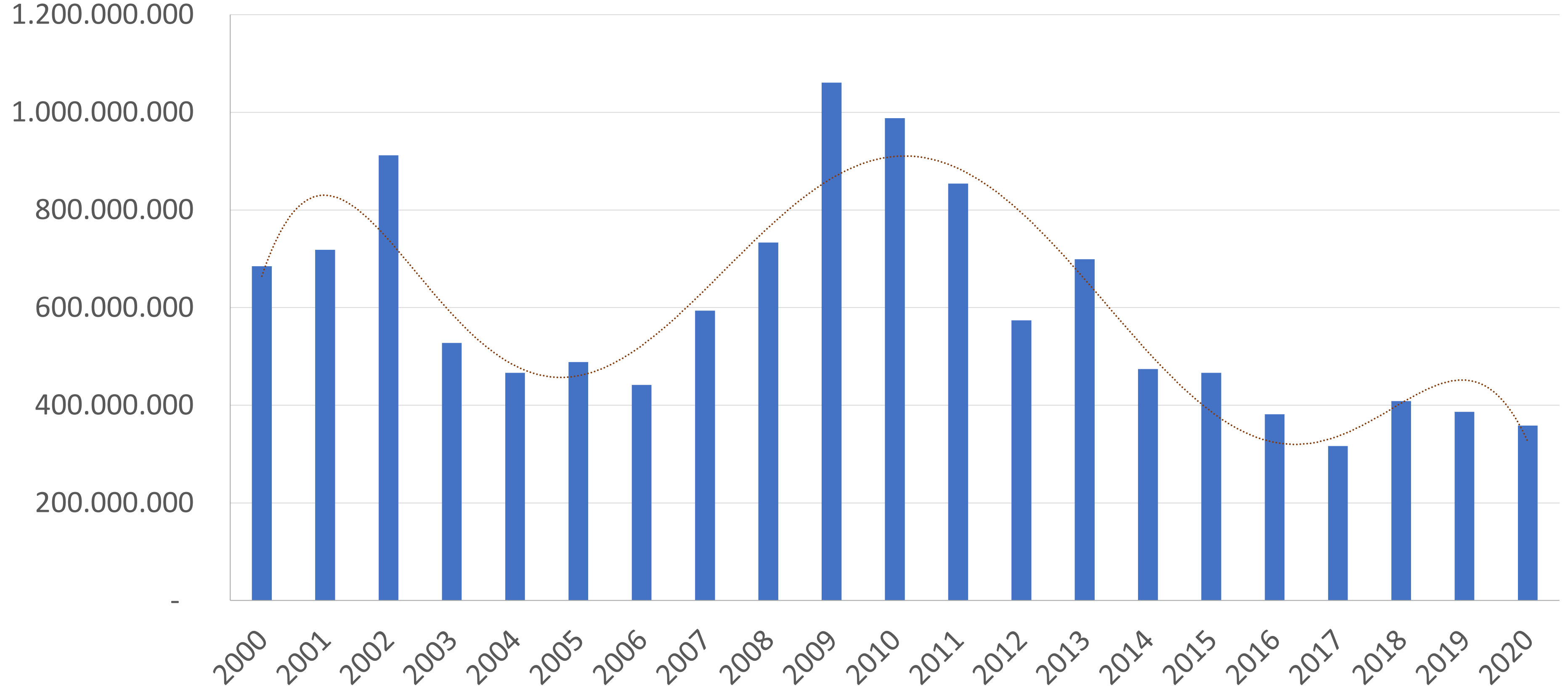
Despesas de Pessoal



Despesas de Investimento



Despesas Finalísticas





Interpretação

- Estudos prévios que sugerem risco ao modelo parecem não confirmar tendência longa
- Dados de orçamento mostram decisão política, dependência da trajetória e força normativa do modelo
- Alterações no perfil político-programático do Executivo não pareceram comprometer a continuidade do modelo



Interpretação

- Subperíodos indicam sobreposição da política fiscal, além de outros efeitos pontuais decorrentes de opções de política
- Teto de gasto pode ocasionar possível reversão de tendência e frustrar preferência das ARs



Obrigado!

bruno.cunha@ipea.gov.br

